

Centrão racha e perde votação da Ordem Econômica

Janio de Freitas

Matéria-prima para o futuro

As três centenas de parlamentares que requereram ao presidente Sarney o adiamento da venda, marcada para 3 de maio, das ações ordinárias da Aracruz possuídas pelo BNDES, encontraram um adversário no Planalto que não permitiu, sequer, que lhes fosse dada qualquer resposta.

Cercada de suspeitas por todos os lados, a venda se fará em leilão. Mas leilão sob condições muito peculiares. A pretexto, por exemplo, de que não conviria pulverizar as ações — não conviria para quem? — o lote só poderá ser adquirido por um comprador. O que já predetermina, pela exclusão dos cidadãos que pudessem fazer pequenos ou médios investimentos, a restrita área capaz de adquirir todo o lote.

Pilhado nesta impressão digital por parlamentares, o presidente do BNDES, Márcio Fortes, menos de 24 horas depois de inquirido no Congresso, anunciava que o banco decidira oferecer à venda, para o público em geral, as ações preferenciais da Aracruz. Esquecia-se pois, para estas ações, do argumento antipulverização de que se valera para o caso anterior, das ações ordinárias, que têm pretendentes definidos e conhecidos (são os que compõem o controle da empresa).

As condições sui-generis do leilão estabelecem ainda, entre outros prodígios da sem-cerimônia, que o BNDES comprará as ações do grupo já acionista da Aracruz que, se derrotado no leilão, não deseje permanecer como sócio da empresa. Ou seja, o BNDES corresponde ao programa de privatização do governo no dia 3, vendendo sua participação na Aracruz. E no dia 4 poderá estar comprando outra quota volumosa de participação na Aracruz. Quer dizer, estatizando o privatizado.

Depois, quando chegar a hora de uma CPI, e o negócio desta privatização for batizado com seu verdadeiro nome, o presidente Sarney dirá que quer desestabilizar o governo. E o dirá em relação aos parlamentares que agora tentaram evitar razões para uma possível investigação futura.

A obra e os autores

O depoimento do senador Marco Maciel na CPI da Corrupção foi todo ele previamente combinado com os que deveriam inquiri-lo. Daí o seu resultado, muito além da expectativa mesmo para um autor de habilidades já conhecidas: foi uma obra-prima de tergiversação. Mas graças à co-autoria da CPI, cujos membros renunciaram até mesmo à montagem de alguma aparência atenuadora da farsa.

No mínimo, inquiridores e inquirido estavam no dever moral — se ainda faz algum sentido invocá-lo — de dar uma satisfação ao país sobre a emissão de um decreto assinado por um ministro que não o assinara. Afinal, o senador Marco Maciel era à época o ocupante do Gabinete Civil, ao qual cabe enviar os decretos presidenciais à publicação. Sua obra-prima de evasiva saiu-lhe de sastrôsa neste ponto, deixando-o para sempre sob as suspeitas de envolvimento e responsabilidades que talvez nem tenha de fato.

Há mesmo, porém, quem prefira suspeitas a um gesto, ainda que incompleto, ainda que apenas bastante para resguardar o próprio nome. Ainda que só isso, sem admitir a idéia (tão vaga, esta idéia) de que o homem público tem deveres que o excedem e às suas ambições e às suas fraquezas.

Da Sucursal de Brasília

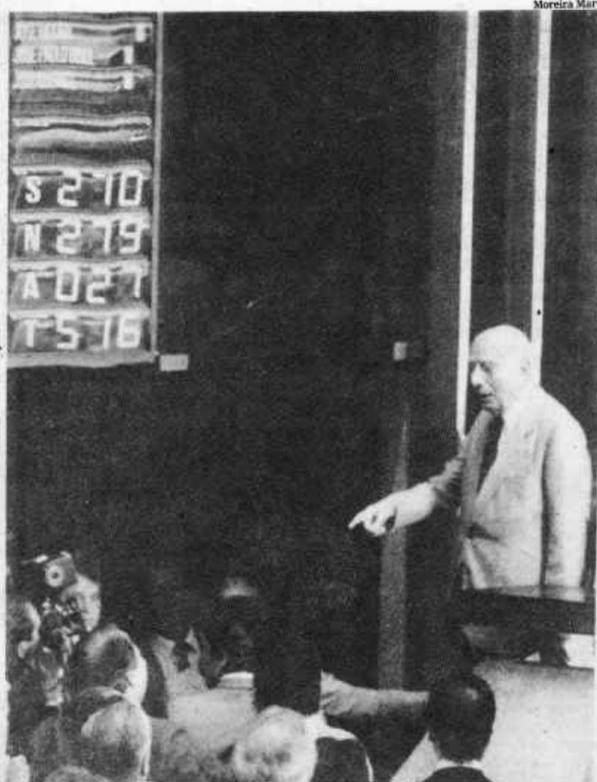
O Centrão sofreu ontem sua pior derrota no Congresso constituinte. Tentou aprovar sem acordo seu próprio texto para o título sobre a Ordem Econômica e Financeira, mas não conseguiu os 280 votos mínimos necessários. A liderança do PMDB aliada a toda esquerda e a dissidentes do próprio Centrão, forçou, com o resultado, o adiamento da votação para hoje e a reabertura de novas negociações.

O texto do Centrão teve 210 votos a favor, 279 contra e 27 abstenções, para um total de 516 votantes. Como não se atingiu o quórum mínimo de 280 votos para aprovação ou rejeição, o mesmo texto será votado hoje, 24 horas depois, conforme prevê o regimento da Constituinte. A diferença é que a derrota do Centrão obrigará a uma composição para aprovação desse título.

O lado esquerdo do plenário explodiu em aplausos e gritos de "Brasil, Brasil" quando o placar eletrônico registrou os números e o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, encerrou a sessão, às 16h15. A esquerda não comemorava uma grande vitória desde o último dia 22 de março, quando o Centrão aprovou o presidencialismo e o mandato de cinco anos para os futuros presidentes.

O grande crucificado, no Centrão, foi o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA). Foi ele quem comandou a rejeição a qualquer tipo de acordo com a liderança do PMDB, atropelando inclusive os principais negociadores do Centrão nesta matéria, os deputados José Geraldo (PMDB-MG) e Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS).

Lourenço tornou-se ontem uma espécie de símbolo da intransigência. Sua frase dita no dia anterior — "acordo só com os raios que os partam" — foi comentada por todo o plenário e citada pelo líder do PMDB, senador Márcio Covas (SP), em seu discurso. Depois da votação o relator da Constituinte, deputado



Ulysses Guimarães se retira do plenário depois de encerrar a sessão de ontem

Bernardo Cabral (PMDB-AM) disse com visível satisfação: "Foi bom não ter havido 280 votos para ninguém, porque não haverá arrogância de parte a parte".

Assim que o placar registrou a derrota do Centrão, o senador Lourenberg Nunes Rocha (PMDB-MT), irritadíssimo, virou-se para o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e culpou Lourenço.

Cardoso Alves um dos líderes mais radicais do Centrão, ouviu impassível e chegou a falar algo como "não devemos procurar culpados". Depois, disse que não haverá outra saída: "E negociar, negociar". Num primeiro momento, porém, os líderes do Centrão deram declarações contraditórias.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), por exemplo, começou dizendo,

Óculos impede Tito de dar o voto da vitória da esquerda

Um óculos e a lentidão do motorista João Luis impediram, por cinco segundos, que o senador Ronan Tito (PMDB-MG) desse o voto que derubaria o texto do Centrão para a Ordem Econômica. Quando Tito esbaforido, chegava à mesa de votação avulsa, o presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, decretava: "Está encerrada a votação".

O senador, após a sessão, explicaria ao líder Mário Covas (PMDB-SP): "Ficamos no depoimento do ministro Mailson da Nóbrega, no Senado, até as dez para as três, sai para almoçar em casa e, quando cheguei na porta do plenário, cheia de gente, estava acabando. Mas amanhã eu voto." Com problemas de estômago, submetido a uma dieta, Ronan Tito almoçou em seu apartamento, na superquadra 309. Sua mulher, Laís, precisou dos óculos na aula de pintura, na 116 Sul. O motorista João Luis gastou, cronometrados pelo senador, 22 minutos no trajeto. "Isso não leva nem cinco minutos", diz Ronan Tito.

O senador explicava sua atraso, dizendo que havia "furado um pneu do seu automóvel". Era isto, segundo ele, que havia dito o motorista ao explicar a demora. João Luis, à Folha disse: "Não furou pneu algum".

Caiado critica empresários urbanos

RITA TAVARES
Da Sucursal de Brasília

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, disparou ontem um ataque contra a "imobilidade" das entidades empresariais urbanas, como as confederações nacionais do Comércio e da Indústria e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, na defesa das teses da "livre iniciativa" na votação do título "Da Ordem Econômica e Financeira". "Eles não podem continuar na tese de que a entidade precisa ficar alheia à política. Precisam ter uma posição mais atuante, mais de ataque", disse.

Segundo Caiado, a UDR trouxe 500 pessoas a Brasília e até a votação do capítulo "Da Reforma Agrária", prevista para a próxima semana, serão três mil os defensores das teses do empresariado rural. Há um mês, os lobbistas da UDR pedem votos para o projeto do Centrão. As 250 seccionais da entidade pagam as despesas: Cz\$ 2,5 milhões diários entre hospedagem, alimentação e transportes, totalizando, até ontem, mais de Cz\$ 75 milhões.

"Isso é uma guerra para nós. Não tem meio-termo", afirmou Caiado, que esteve ontem no prédio do Congresso Nacional em busca de novos votos. Suas queixas contra a "imobilidade" do empresariado urbano já foram debatidas com membros da Confederação Nacional da Indústria, presidida pelo senador Albano Franco (PMDB-SE), que integra as fileiras do Centrão.

"Nós cobramos isso deles. Afinal, quantos constituintes eles têm? Qual a proposta que defendem? O que eles querem? E o que estão fazendo?", disparou Caiado. Segundo ele, a "imobilidade" tem uma explicação básica: as principais lideranças empresariais "estão desunidas", impossibilitando um trabalho con-



Ronaldo Caiado e o senador Roberto Campos no restaurante do Senado

junto. A votação da proposta de estabilidade no emprego teria demonstrado o desentendimento. "Caiado um foi para um lado, e quem perdeu foram os próprios empresários", disse.

Caiado gostou da decisão do Centrão de partir para um confronto com a liderança do PMDB (o grupo do senador Márcio Covas). "Não podemos cair no mesmo erro cometido na Comissão de Sistematização. A esquerda acenou com um acordo e não cumpriu o acertado", afirmou, lembrando um quase entendimento para a votação da "reforma agrária", quando os "moderados" do PMDB acabaram apoiando uma emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), que estabelece os critérios para o cumprimento da função social da propriedade agrária.

"Nós vamos ganhar o capítulo 'Da Reforma Agrária' com mais de 280 votos", garantiu o presidente da UDR. Esta certeza está baseado

num amplo levantamento feito por assessores da UDR, que cruzaram, em computador, o voto dos 559 parlamentares em 23 votações consideradas básicas para os interesses da "livre iniciativa". Pelo perfil apurado, com 520 constituintes em plenário, a UDR tem garantidos 320 votos. Os outros 200 votos são "quase um caso perdido", mas "nós somos insistentes". O principal trabalho dos lobbistas da entidade é centrar fogo em 140 parlamentares, que ou tem voto oscilante ou faltam muito ao plenário.

"Temos que ter 380 votos na reforma agrária", disse Caiado, consultando sua pesquisa. Para isto, ele espera que os empresários urbanos se mexam um pouco mais. "Política não é uma ação menos nobre", disse, negando, entretanto, que pense em se candidatar à Presidência da República. "O bom político não deve suprimir etapas. Deve começar de baixo", declarou.

Grupo procura responsáveis por derrota

Da Sucursal de Brasília

Os principais dirigentes do Centrão demoraram alguns instantes até se convencerem do resultado indicado pelo painel eletrônico do Congresso constituinte. Passado o choque inicial, começaram a procurar os responsáveis pela derrota. Os primeiros apontados foram os membros do Centrão que se abstiveram, principalmente os do PTB, liderados pelo deputado Gastone Righi (SP).

O pedido de satisfações, em tom irritado, foi do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). "Se não fosse assim, minha bancada votava contra a emenda do Centrão", justificou Righi, afirmando que os petebistas preferiam um acordo que melhorasse as propostas existentes. "Há um grupo de aproximadamente 30 constituintes que votou contra o Centrão ou se absteve para poder negociar", afirmou o deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), que votou "não" à emenda do Centrão. "Este mesmo grupo votará contra ou se absterá quando vier o texto da Sistematização", completou Alcântara.

As abstenções, no entanto, não foram as únicas causas da derrota,

segundo os próprios líderes do Centrão. "Alguns empresários brasileiros querem ficar ricos às custas de um falso nacionalismo", disparou Fiúza, referindo-se aos setores empresariais que têm simpatias pelas propostas que permitem a reserva de mercado para empresas brasileiras. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), concordou: "O lobby da indústria nacional se aliou à esquerda, mas não vê que, num prazo maior, vai virar sucata". Segundo Cardoso Alves, os responsáveis são os empresários da construção civil, informática, química fina, farmacêutica, "além do grande industrial Antônio Ermírio de Moraes".

O clima de perplexidade no Centrão contrastava com as previsões de seus líderes feitas momentos antes da votação. "Temos 315 a favor", calculava Fiúza. O deputado Basílio Vilani (PMDB-PR), um dos responsáveis pela mobilização do grupo, preferia falar em 305, mas insistia na vitória iminente.

A posição dos "duros" do Centrão, foi a principal derrotada. A exemplo de que ocorreu na votação do direito

de propriedade, eles evitaram um acordo antes da primeira votação, mesmo sabendo que uma ala mais moderada do grupo, liderada pelos deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS), negociava um texto de acordo.

"Agora, só não haverá negociação se todos perderem o bom senso", disse Luis Roberto Ponte ao final da votação. "Na marra não sai nada", completou o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP). Na opinião do deputado Delfim Netto (PDS-SP), o plenário cairá agora no "buraco negro", com a falta de número também para aprovar o texto da Comissão de Sistematização, e haverá um entendimento.

A derrota do Centrão frustrou o trabalho de mobilização feito durante toda a manhã. O computador do grupo foi consultado para indicar os membros do grupo que ainda não haviam chegado a Brasília. Apelos em favor da presença foram feitos. Onze constituintes cancelaram audiências que haviam marcado em ministérios, para participar da votação. A mobilização deverá se repetir hoje.

Resultado deixa Planalto perplexo

Do enviado especial a Brasília

Perplexidade. Foi este o sentimento que se apoderou do governo no princípio da noite de ontem, quando correu por Brasília, o resultado da primeira votação do título da Ordem Econômica. À noite, no Palácio do Planalto, assessores políticos do presidente José Sarney e parlamentares que coordenam a base de sustentação do governo, chegaram à conclusão de que a falta de um esforço claro do Planalto na votação foi um dos principais motivos do fraco desempenho do substitutivo do Centrão.

Pela manhã, o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayrha Denys, já tinha dito a um grupo de políticos sarneyzistas que "o Exército não se mete na questão da Ordem Econômica". À noite, alguns constituintes, como o senador Alvaro Pacheco (PFL-PI), ainda arriscaram uma outra explicação: "Esse resultado no plenário foi o produto do lobby das associações nacionais

da indústria farmacêutica e das empresas de mineração, que querem um desenvolvimento cartorial do país, sem a concorrência das multinacionais. E, desta maneira, nós não vamos a parte alguma."

O fraco resultado obtido pelo substitutivo do Centrão deixou aos coordenadores do governo, pouco tempo para coordenar a reação. Ontem à noite, em Brasília, houve pelo menos três grandes jantares sociais. Um na Academia de Tênis, com as presenças de Sarney e do ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves e outro na casa do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB). Isto serviu para dispersar, entre as rodas sociais, os que poderiam planejar o contra-ataque do Centrão. Uns poucos constituintes governistas se reuniram ainda no apartamento do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE).

Lucena foi, aliás, um dos que votou contra o projeto do Centrão. Outros amigos de Sarney, como ele,

fizeram o mesmo e tiveram seus nomes comentados no Gabinete Civil. Entre eles, o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), que Sarney escolheu para liderar o partido no Senado, e os deputados sarneyzistas Milton Reis (PMDB-MG) e Aloisio Teixeira (PMDB-RJ).

A "débacle" do substitutivo do Centrão começou a se desenhando para o Planalto quando chegaram as informações de que o quórum inicial da sessão era de 420 parlamentares. "Vamos tirar o time, porque nós vamos perder", disse o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), a um grupo de parlamentares sarneyzistas. Essa angústia chegou ao Planalto. Sant'Anna e seus companheiros achavam que com menos de 540 votos era muito difícil aprovar o substitutivo. O quórum da sessão não chegou a 540 e a derrota prevista por Sant'Anna só não se confirmou inteiramente por um fio. Com mais um voto contra, o projeto seria definitivamente rejeitado. (RL)

CSN não tem posição sobre os textos

Da Sucursal de Brasília

O Conselho de Segurança Nacional (CSN) ainda não tem uma posição definida sobre as propostas do Centrão e da Comissão de Sistematização para a votação do título VII ("Da Ordem Econômica e Financeira")., onde estão em jogo o conceito da empresa nacional, os critérios para a exploração dos recursos minerais e para a reforma agrária,

além da intervenção do Estado na economia. O CSN não pretende emitir nenhuma nota a respeito. Esta é a posição do secretário-geral do CSN e chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Rubem Bayma Denys.

A Folha apurou que até anteontem alguns dos membros do CSN tinham um posicionamento favorável à tese do "livre mercado" na questão da exploração das riquezas minerais

existentes no subsolo. No caso, empresas nacionais e estrangeiras poderiam comercializar as riquezas existentes, mas com um gerenciamento do governo. Mas, essa tese acabou entrando em colisão com o posicionamento de alguns oficiais-generais nacionalistas que defendem a exploração dos minérios por empresas brasileiras, sem a intermediação ou utilização do capital estrangeiro.